



Processo Administrativo n.º 31.365/2024

Interessado - Coordenação Geral de Licitação

Assunto: Resposta a Impugnação.

DESPACHO

Trata-se de consulta realizada pela Coordenação Geral de Licitações, através do Presidente da Comissão Especial de Contratação, Sr. Everton José Lúcio Silva, para que se promova a análise e parecer jurídico acerca da vedação de participação de servidores efetivos, prevista no inciso III, subitem 6.3, do Edital do Chamamento Público n.º 06/2024, cujo objeto é a *"Seleção de Projetos visando o fomento a Ações Culturais, através de celebração de Termo de Execução Cultural, via Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) 2024."*

De partida, destaco que a Procuradoria Geral do Município de Arapiraca/AL, nos autos do Processo Administrativo n.º 29.199/2024, proferiu o parecer n.º 3.791/2024 - PGM, o qual tratou sobre a vedação de participação de servidores públicos deste município nos editais da Lei Aldir Blanc.

No entanto, considerando o teor das impugnações, bem como, a redação do inciso III do subitem 6.3 do Edital do Chamamento Público n.º 06/2024 e, ainda, o entendimento consignado no parecer desta Procuradoria, percebo ser necessário promover o exercício da interpretação sistêmica, para considerar as normas oriundas da Lei de Licitações e Contratos (Lei n.º 14.133/2021), bem como, do Decreto n.º 11.453, de 23 de março de 2023, que *"Dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura."*

Assim, a vedação de participação de servidores públicos consagrada no Parecer n.º 3.791/2024 - PGM, deve estar em harmonia com os preceitos do Art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, em especial a vedação do inciso IV, como também, a harmonizar com as regras do § 5º do Art. 19 c/c Art. 20 da Decreto n.º 11.453, de 23 de março de 2023.

Assim, aplicando os princípios gerais que regem o atuar daqueles que integram a Administração Pública, o servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação não poderá participar, direta ou indiretamente caso tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de candidaturas ou na etapa de julgamento de recursos.



Dá mesma forma, caso o servidor for cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de outro servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de candidaturas ou na etapa de julgamento de recursos também não poderá concorrer aos editais da Lei Aldir Blanc.

Por fim, as vedações mencionadas nos parágrafos anteriores, alçam tanto os servidores públicos com provimento efetivo, como os servidores públicos ocupantes de cargos comissionados e/ou servidores temporários.

Desta forma, considerando as impugnações de autoria do Sr. Silvestre Rizzatto, (fls. 223/224), bem como, do Conselho Municipal de Política Cultural de Arapiraca (fls. 218/2020) e do Sr. Lincolemberg Canuto Lima Araújo, (fls. 234), todas protocoladas contra a vedação do inciso III do subitem 6.3 do Edital do Chamamento Público n.º 06/2024, entendo pelo PROVIMENTO PARCIAL das irresignações, visto que a vedação à participação de servidores públicos no referido edital deve alcançar, tão somente, as situações previstas no Art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, em especial a vedação do inciso IV¹, como também, com § 5º do Art. 19² c/c Art. 20³ da Decreto n.º 11.453, de 23 de março de 2023.

¹ Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente: (...)

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação

² Art. 19. Na fase de celebração do chamamento público, serão realizadas as seguintes etapas: (...)

§ 5º Eventual verificação de nepotismo na etapa de habilitação impedirá a celebração de instrumento pelo agente cultural que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado nas etapas a que se refere o **caput** do art. 20, sem prejuízo da verificação de outros impedimentos previstos na legislação específica ou no edital.

³ Art. 20. O edital preverá a vedação à celebração de instrumentos por agentes culturais diretamente envolvidos na etapa de proposição técnica da minuta de edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos.

Parágrafo único. O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá participar de chamamentos públicos para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar na vedação prevista no **caput**.



Devolvam-se os autos para a coordenação solicitante, para adotar as medidas necessárias, juntando-se cópia do Parecer n.º 3.791/2024 - PGM, para dar subsídio a este despacho.

Arapiraca (AL), 25 de novembro de 2024.

VICTOR FERNANDES DOS ANJOS CARVALHO
Procurador Geral de Arapiraca
Portaria GP n.º 002/2021